

SOCIEDADE ABERTA

Simulacro de governação



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

O tantas vezes anunciado e outras tantas adiado “guião da reforma do Estado” conheceu, finalmente, a luz do dia. Com dois anos de atraso. Curiosamente, ou talvez não, coincidindo com a discussão de mais um Orçamento do Estado que continua a aprisionar os portugueses numa “camisa de onze varas”. Manobra de diversão? Não ousamos aprofundar esta teoria da conspiração que alguns alimentam, mas o que é certo é que o guião “apadrinhado” pelo vice-primeiro ministro ofuscou a própria discussão do OE 2014. Se a intenção era essa, pode-se dizer que conseguiram os seus intentos. Das pouco mais de 100 páginas escritas num corpo de letra generoso, destacam-se muitos lugares comuns e generalidades, falando-se residualmente na real capacidade do Estado para responder às solicitações que recebe. Em suma, pouca ambição. O lado positivo é o terreno fértil para uma ampla discussão e debate. A implementação, a concretizar-se, só em próximas legislaturas e, preferencialmente, com um forte consenso político-partidário. Uma eternidade, portanto.

Um bom ponto de partida, antes mesmo de anunciar o guião, era demonstrar vontade férrea em eliminar o Estado paralelo que se criou apenso ao Estado convencional, com um séquito de assessores, dezenas de motoristas e consultores externos pagos a peso de ouro. Bastava enunciar três palavras mágicas que podiam resumir em apenas uma linha o que se fez em mais de uma centena: desburocratizar, simplificar e descentralizar.

Pagar impostos é alienar uma parte dos nossos direitos, pelo que temos de nos interrogar se esses tributos são ou não bem geridos. Por isso, questões sobre como é gerido o Estado e a sua complexa máquina administrativa ou a análise do custo/benefício das opções tomadas, são essenciais para se perceber da (ir)responsabilidade com que são geridos os dinheiros de todos os contribuintes. Os portugueses têm o direito de que a vida pública não seja feita nesta incerteza e insegurança.

Voltando ao famigerado guião, se se esperou dois anos para conhecê-lo, com vista a uma gestão eficiente e racional do Estado, creio que se deixou passar tempo demasiado. Perdeu-se tempo em teorizar sobre problemas que já deviam estar a ser combatidos. O modelo de Estado que se pretende nem chegou a ser a florado. A telúrica “refundação” do Estado anunciada por Passos Coelho no início da sua legislatura não passou de um enunciado de palavras vãs. Era preciso tanto suspense para isto?

Enquanto que no horizonte se desenha um programa cautelar ou um segundo regaste (?), o OE 2014, a ‘cartilha’ para o próximo ano, corporiza um “brutal aumento dos cortes”, na era Albuquerque, sucedendo ao “enorme aumento de impostos” do ‘consulado’ Gaspar. Muitos setores apontam que este Orçamento mais não é do que uma “encenação” para os mercados e os avaliadores verem. Um ‘passaporte’ para recebermos mais apoios. A confirmar-se, não estamos perante outra coisa que não seja um simulacro de governação. ■

Artigo redigido segundo o novo Acordo Ortográfico